

INTERVENÇÃO SOBRE COOPERATIVISMO

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

O movimento cooperativista teve o seu surgimento na Revolução Industrial, no início do século dezanove, quando a subjugação do trabalho ao capital fez deflagrar grandes movimentos sociais. A Inglaterra, a França e a Alemanha serviram de palco a esses movimentos de defesa e libertação.

Em 1844, operários das fábricas de algodão da Inglaterra passaram por momentos muito difíceis levando ao surgimento da “Sociedade dos Verdadeiros Pioneiros de Rochdale”, que é por muitos considerada a primeira grande e clara iniciativa cooperativista, cujos princípios e regras serviram de inspiração a muitas experiências referenciadas na História do Cooperativismo. Rochdale foi uma experiência cooperativa multifuncional, que se foi alargando de tal forma que em 1878 já tinha 10.000 membros.

O Cooperativismo é um sistema económico que faz das cooperativas a base de todas as actividades de produção e distribuição de riquezas, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, económico e social das mesmas.

As cooperativas são estruturas identificadas com os parâmetros da economia social, que visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais dos seus membros. Contribuem para a preservação de empregos e fornecimento de serviços locais num contexto de globalização económica, podendo contribuir para o combate à

desertificação das regiões rurais e para o desenvolvimento de regiões e localidades mais desfavorecidas.

O cooperativismo está presente em toda a parte, podendo ser encontrado tanto no meio urbano como no meio rural. O número de cooperadores em todo o mundo ultrapassa os 900 milhões.

Na União Europeia existem cerca de 300.000 cooperativas, que empregam 2,3 milhões de pessoas. Representam 83% da produção agrícola nos Países Baixos e 50% na França, 35% do comércio a retalho na Finlândia, 21% dos cuidados de saúde em Espanha e 60% da silvicultura na Suécia. Em países como a Dinamarca, Suíça e Bélgica, o cooperativismo habitacional deu um contributo indispensável à população para a construção de casa própria.

O debate sobre o papel das cooperativas assumiu um novo interesse após a aprovação pelo Conselho, em Julho de 2003, do Regulamento que institui o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Em Portugal, durante a monarquia, o movimento cooperativo foi insignificante, datando de 1867 a primeira lei portuguesa a ocupar-se específica e exclusivamente das cooperativas.

De 1910 a 1926 (1ª República), as cooperativas foram valorizadas. O crédito Agrícola cooperativo recebeu um grande impulso, surgindo alguns sinais de atribuição de uma função social relevante às cooperativas.

Entre 1926 e 1974, o poder político foi genericamente hostil ao cooperativismo, chegando mesmo a haver uma tentativa de sufoco às cooperativas de consumo, ao contrário do sector agrícola, o qual recebeu algum encorajamento, embora sempre sob vigilância das autoridades. Pior sorte, tiveram as cooperativas culturais, muitas das quais foram simplesmente extintas pela ditadura salazarista.

Com a revolução democrática de 25 de Abril de 1974 foi conquistada a liberdade, por parte das cooperativas, tendo-se assistido a uma grande expansão de todo o sector. Nos primeiros anos que se seguiram àquela revolução assistiu-se a um aparecimento e desaparecimento de muitas cooperativas, até que na primeira metade dos anos oitenta o sector acabou por estabilizar.

Em 1980, foi publicado o Código Cooperativo. Em 1997 foi revogado por uma nova versão, a qual passou a reflectir todas as reivindicações expressas pelo movimento cooperativo, tendo recebido aprovação unânime na Assembleia da República. Em 1998, foi instituído um regime fiscal próprio para as cooperativas, com a criação do Estatuto Fiscal Cooperativo.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

De acordo com dados estatísticos de 2006, existem, em Portugal, 3.184 cooperativas distribuídas por 14 ramos de actividade, com 2 milhões de cooperadores, integradas em duas grandes confederações: a CONFAGRI (ramos agrícola e de crédito agrícola) e a CONFECOOP (restantes ramos).

O Estado relaciona-se com o sector cooperativo através de um instituto público, o INSCOOP (Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo), fundado em 1976.

Na Região Autónoma dos Açores, segundo dados estatísticos de 2007, existem 92 cooperativas distribuídas por 10 ramos de actividade. O sector agrícola é o que maior número de cooperativas congrega, num total de 51, seguindo-se o sector do consumo com um total de 9. As 92 cooperativas da região encontram-se distribuídas por todas as ilhas, desde o Corvo com 2 cooperativas a São Miguel com 36.

O sector cooperativo, nos Açores, totalizou em 2006 um volume de negócios de 256,4 milhões de euros e 42.107 cooperadores. O ramo agrícola é o mais significativo, com um volume de negócios na ordem dos 239,6 milhões de euros e 18.604 cooperadores.

Algumas destas cooperativas viviam grandes e graves problemas, quando em 1996 o Partido Socialista assumiu os destinos desta região. Felizmente, para as cooperativas e para os seus membros, mas também para todos os Açorianos, estas situações foram ultrapassadas com a boa gestão dos seus directores, o empenho dos seus cooperadores, mas, também, com o apoio pronto e eficaz do Governo Regional dos Açores, transformando as mesmas em empresas de sucesso e de fundamental importância para o sector e para a região.

Disse

Horta, 15 de Abril de 2008.

Henrique Ventura

Deputado Regional do PS